



PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE



NOME DO CANDIDATO:

CPF

ASSINATURA:

**INFORMAÇÕES GERAIS**

**1. Você receberá do chefe de sala o material descrito a seguir:**

- A. Este Caderno de Questões Objetivas, com 40 (quarenta) questões de múltipla escolha;
- B. Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas

**2. Ao receber o Cartão de Respostas você deve:**

- A. Conferir se seu nome, e CPF que constam na parte superior do CARTÃO-RESPOSTA que você recebeu;
- B. Caso exista algum erro de digitação ou impressão, no seu caderno de prova ou cartão resposta, comunique imediatamente ao chefe de sala, a fim de que seja registrado em Ata de Sala e seja feita devida substituição.
- C. Ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas;
- D. Assinar o Cartão de Respostas no espaço reservado, com caneta de cor azul ou preta.

**3. Esta prova terá duração de 04 (quatro) horas, tendo seu início previsto às 14:00h e término às 17:00h (horário local).**

**4. Cada questão objetiva apresenta 04 (quatro) opções de resposta, identificadas com as letras (A), (B), (C) e (D);**

**5. O CARTÃO-RESPOSTA é o único documento válido para o processamento de suas respostas, e em hipótese alguma haverá substituição do CARTÃO-RESPOSTA por erro do candidato;**

**6. O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, na sala de realização da prova por, no mínimo, duas horas após o início da prova;**

**7. O Cartão de Respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado nem pode conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.**

**8. Para fins de correção do Cartão de Respostas, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no Cartão de Respostas.**

**9. No Cartão de Respostas, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois atribuir-se-á nota zero a toda questão com mais de uma opção assinalada, ainda que dentre elas se encontre a correta.**

**10. Quando terminar sua prova, você deverá, OBRIGATORIAMENTE, entregar o Cartão de Respostas devidamente preenchida e assinada ao fiscal da sala. Aquele que descumprir esta regra será ELIMINADO.**

**11. Durante a aplicação da prova não será permitido:**

- A. qualquer tipo de comunicação entre os examinandos;
- B. levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala;
- C. portar aparelhos eletrônicos, tais como telefone celular, notebook, receptor, gravador ou máquina fotográfica ou equivalente.



**PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE**



1. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o principal instrumento normativo do Brasil sobre os Direitos da Criança e do Adolescente. O ECA teve sua primeira versão, ou seja foi sancionado em:
  - a) 1988
  - b) 1990
  - c) 1992
  - d) 1994
  
2. Conforme estabelece o artigo 4<sup>a</sup> do Estatuto da Criança e do Adolescente é dever de quem assegurar a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes:
  - a) apenas da família;
  - b) da família e da comunidade;
  - c) da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público.
  - d) apenas do Conselho Tutelar.
  
3. A garantia da prioridade descrita no artigo 4<sup>o</sup> do ECA não compreende:
  - a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
  - b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
  - c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
  - d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a pratica esportiva.
  
4. O ECA regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes baseados pelos projetos fornecidos:
  - a) pela Código Civil;
  - b) pelo Código Penal;
  - c) pela Constituição Federal de 1988;
  - d) nenhuma das alternativas descritas.
  
5. É direito da criança e do adolescente ser criado no seio de sua família e excepcionalmente:
  - a) em família substituta;
  - b) em casa abrigo;
  - c) em instituição religiosa;
  - d) nenhuma das alternativas descritas.



**PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE**



6. De acordo com o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente assinale a alternativa **CORRETA**:
- a) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar o bem estar físico e mental da criança e do adolescente.
  - b) É dever do Estado e da sociedade em geral assegurar, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao esporte.
  - c) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar que toda criança e adolescente tenha acesso à educação, ao lazer aos serviços de saúde.
  - d) É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
7. Ainda sobre o Artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, sobre a garantia de prioridade, assinale a alternativa **INCORRETA**
- a) primazia de receber proteção e socorro em nas circunstâncias que não tiver assistência da família.
  - b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
  - c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
  - d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
8. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o direito a liberdade é compreendido em todas as alternativas abaixo, **exceto**:
- a) ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais.
  - b) opinião e expressão
  - c) entrar e sair em qualquer tipo de estabelecimento
  - d) crença e culto religioso
9. Esta descrito no artigo 24 do ECA que a perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas: No que diz respeito a idade de aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
- a) Pelo Ministério Público.
  - b) Pelo Conselho Tutelar.
  - c) Administrativamente.
  - d) Judicialmente.



PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE



10. No artigo 28 do ECA, mais precisamente em seu § 2º, está escrito “ Tratando-se de maior de \_\_\_\_\_ anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência”, preencha a lacuna com a idade correta:
- a) 18 anos.
  - b) 12 anos.
  - c) 14 anos.
  - d) 16 anos.
11. Conforme descreve o artigo 28 do ECA, é INCORRETO firmar que a “A colocação em família substituta far-se-á mediante:
- a) curatela.
  - b) tutela.
  - c) adoção.
  - d) guarda.
12. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada:
- a) 01 (um) mês
  - b) 02 (dois) meses
  - c) 03 (três) meses
  - d) 04 (quatro) meses
13. No Art. 19-B do ECA temos: “A criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de programa de apadrinhamento.” Todas as alternativas abaixo sobre apadrinhamento estão corretas, **EXCETO**:
- a) Podem ser padrinhos ou madrinhas pessoas maiores de 18 (dezoito) anos não inscritas nos cadastros de adoção, desde que cumpram os requisitos exigidos pelo programa de apadrinhamento de que fazem parte.
  - b) Pessoas jurídicas podem apadrinhar criança ou adolescente a fim de colaborar para o seu desenvolvimento
  - c) O perfil da criança ou do adolescente a ser apadrinhado será definido no âmbito de cada programa de apadrinhamento, não sendo previsto prioridades para crianças ou adolescentes de grupo específico.
  - d) Se ocorrer violação das regras de apadrinhamento, os responsáveis pelo programa e pelos serviços de acolhimento deverão imediatamente notificar a autoridade judiciária competente.

14. De acordo com o Artigo 28º do Estatuto da Criança e do Adolescente: "A colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei". Sobre este artigo, marque a alternativa **FALSA**:
- a) Sempre que possível, a criança ou o adolescente será previamente ouvido por equipe interprofissional, respeitado seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão sobre as implicações da medida, e terá sua opinião devidamente considerada.
  - b) Tratando-se de maior de 18 (dezoito) anos de idade, será necessário seu consentimento, colhido em audiência.
  - c) Na apreciação do pedido levar-se-á em conta o grau de parentesco e a relação de afinidade ou de afetividade, a fim de evitar ou minorar as consequências decorrentes da medida.
  - d) Os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos fraternais.
15. Em relação ao Artigo 53º do ECA, em seu Parágrafo único, complete: É direito \_\_\_\_\_ ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais."
- a) dos pais
  - b) dos responsáveis
  - c) do pai e da mãe;
  - d) dos pais ou responsáveis
16. Sobre o Direito a Educação, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente, **exceto**:
- a) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
  - b) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade.
  - c) atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, quando comprovado que os responsáveis não podem garantir este atendimento.
  - d) acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
17. Como podemos observar no artigo 19-B do ECA, é **CORRETO** afirmar que a criança e o adolescente em programa de acolhimento institucional ou familiar poderão participar de que tipo de programa:
- a) adoção.
  - b) apadrinhamento.



PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE



- c) guarda.  
d) tutela.
18. De quem é o papel de estimular e facilitar a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude?
- a) Da família.  
b) Dos municípios, com apoio dos estados e da União,  
c) Dos responsáveis.  
d) Todas as alternativas acima.
19. Sobre Adolescentes Aprendiz é **CORRETO** afirmar:
- a) Tem que ter mais de 16 anos para ser considerado adolescente aprendiz.  
b) Quando maior de quatorze anos são assegurado apenas os direitos previdenciários.  
c) Quando maior de quatorze anos são assegurado apenas os direitos trabalhistas.  
d) Quando maior de quatorze anos são assegurado os direitos trabalhistas e previdenciários.
20. A formação técnico-profissional obedecerá aos seguintes princípios:
- a) garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular.  
b) atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente.  
c) horário especial para o exercício das atividades.  
d) todas as alternativas acima.
21. Os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos onde?
- a) na rede regular de ensino.  
b) em atividades de esporte.  
c) Na rede de ensino superior.  
d) nenhuma das alternativas acima.
22. Para contemplar o adolescentes portadores de deficiência, o ECA assegura:
- a) trabalho monitorado  
b) trabalho protegido  
c) trabalho com assistência médica  
d) trabalho com remuneração diferenciada

23. Assinale a única alternativa verdadeira.

- a) O Trabalho Infantil, não faz parte do conjunto de violação de direitos de crianças e adolescentes.
- b) O Trabalho Infantil faz parte da cultura brasileira e não há como erradicar.
- c) A exploração do trabalho infantil não deve ser considerada uma violação de direitos.
- d) Criança não deve trabalhar de forma alguma.

24. Ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não-governamental, é vedado trabalho:

- a) noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte.
- b) perigoso, insalubre ou penoso.
- c) realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social.
- d) todas as alternativas acima

25. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados. Marque a única alternativa **INCORRETA**:

- a) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado.
- b) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável.
- c) por nenhuma das alternativas expostas.
- d) em razão de sua conduta.

26. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, as medidas específicas de proteção podem ser aplicadas:

- a) isolada, bem como substituídas a qualquer tempo.
- b) cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- c) isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.
- d) isolada ou cumulativamente, bem como substituídas quando requisitadas.

27. De acordo com o ECA, na aplicação das medidas das Medidas Específicas de Proteção levar-se-ão em conta:

- a) as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- b) as necessidades sociais preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
- c) a idade.

d) o local onde a Criança e o Adolescente reside.

28. No artigo 100 do ECA, em seu Parágrafo Único, são também princípios que regem a aplicação das Medidas Específicas de Proteção:

a) privacidade: a promoção dos direitos e proteção da criança e do adolescente deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada.

b) responsabilidade parental: a intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o adolescente.

c) obrigatoriedade da informação: a criança e o adolescente, respeitado seu estágio de desenvolvimento e capacidade de compreensão, seus pais ou responsável devem ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa.

d) todas as alternativas acima.

29. Verificada a possibilidade de reintegração familiar, é previsto no Artigo 101 do ECA, que o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de:

a) 02 dias

b) 05 dias

c) 20 dias

d) 35 dias

30. Ainda no Artigo 101 do ECA, a autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um cadastro contendo informações atualizadas sobre as crianças e adolescentes em regime de acolhimento familiar e institucional sob sua responsabilidade, com informações pormenorizadas sobre a situação jurídica de cada um, bem como as providências tomadas para sua reintegração familiar ou colocação em família substituta. Terão acesso a este cadastro:

a) o Ministério Público, o Conselho Tutelar, o órgão gestor da Assistência Social e os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente e da Assistência Social.

e) apenas o Ministério Público e o Conselho Tutelar.

f) apenas o Ministério Público e o órgão gestor da Assistência Social.

g) apenas o Ministério Público.

31. No Estatuto da Criança e do Adolescente é prevista a gratuidade de:



**PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE**



- a) averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente, após verificação do Ministério Público.
- b) averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento e a certidão correspondente.
- c) averbação requerida do reconhecimento de paternidade no assento de nascimento sem previsão da certidão correspondente.
- d) nenhuma das alternativas acima

**As questões de 32 a 36 serão referentes ao Capítulo correspondente ao Conselho Tutelar do Estatuto da Criança e do Adolescente.**

32 As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas por:

- a) Ministério Público.
- b) Casa dos Conselhos;
- c) Autoridade Judiciária;
- d) Defensoria Pública.

33. O Conselho Tutelar é um órgão:

- a) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- b) permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- c) permanente, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- d) permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela justiça de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

34. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos os seguintes requisitos, exceto:

- a) reconhecida idoneidade moral.
- b) idade superior a vinte e um anos.
- c) residir no município.
- d) estar com suas obrigações eleitorais em dia.



**PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE**



35. São atribuições do Conselho Tutelar:

- a) atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII
- b) atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII.
- c) promover a execução de suas decisões.
- d) todas as alternativas acima

36. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar, **exceto**:

- a) marido e mulher
- b) ascendentes e descendentes
- c) primos e primas
- d) sogro e genro ou nora.

**As questões de 37 a 40 serão correspondentes a Constituição Federal, artigos 226 a 229**

37. A família, base da sociedade, tem especial proteção do(a):

- a) Estado
- b) Religião
- c) Justiça Eleitoral
- d) Nenhuma alternativa acima

38. Sobre casamento civil é correto afirmar:

- a) o casamento civil não pode ser dissolvido pelo divórcio, a não ser que seja comprovado adultério
- b) o casamento civil é constituído apenas por homem e mulher
- c) o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio
- d) o casamento civil não pode ser dissolvido

39. Sobre o Artigo 227 da CF, complete: “É dever da família, da sociedade e do \_\_\_\_\_ assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

- a) Judiciário
- b) Estado
- c) Ministério Público



**PROVA CONSELHO TUTELAR 2019  
MUNICÍPIO DE CAMARAGIBE**



- d) Poder Judiciário
40. São penalmente inimputáveis
- a) os menores de dezesseis anos, sujeitos às normas da legislação especial Judiciário.
  - b) os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial Judiciário.
  - c) os menores de quatorze anos, sujeitos às normas da legislação especial Judiciário.
  - d) nenhuma das alternativas acima.